



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

INEXIGIBILIDADE Nº 004/2025 – CREDENCIAMENTO

DO PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO**, com sua sede administrativa, situada à Praça Santa Rita, 192 – Centro – Miradouro/MG, fone (032) 3753-1160, inscrita no CNPJ sob o Nº. 17.947.623/0001-79, isento de inscrição estadual, através da Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 12/2024, de 04/09/2024, torna pública a abertura de PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025, NA MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 004/2025 **CREDENCIAMENTO** de empresas para e tenham interesse em obter permissão de uso dos espaços públicos denominados “quiosques” 01 e 02 na Praça Pedro José de Queiroz e 01 “quiosque” no Distrito da Varginha, objeto deste credenciamento, na forma e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos:

I - Objeto: Chamamento de interessados para credenciamento, com base no art. 79, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

II - Regime legal:

a) Lei nº 14.133/2021;

b) Decreto Municipal 0968/2023 (considerando o disposto no art. 78, § 1º e art. 79, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021)

III - Forma:

a) Presencial (analogia ao art. 17, § 2º c/c art. 176, II da Lei nº 14.133/2021)

b) As inscrições para o Credenciamento se darão a partir da publicação deste Edital, de acordo com a quantidade de vagas e ordem de chegada.

IV - Endereço e horário para apresentação da documentação:

a) Endereço: Praça Santa Rita, 192 – Centro;

b) Horário: 08:00 às 11:00 e das 12:30 às 15:30.

V - Condução do procedimento auxiliar:

a) Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 12/2024 (conforme art. 6º, L da Lei nº 14.133/2021)

VI - Vigência deste edital:

a) 24/03/2025 a 24/03/2026

1- DO OBJETO:

CREDENCIAMENTO de empresas para e tenham interesse em obter permissão de uso dos espaços públicos denominados “quiosques” 01 e 02 na Praça Pedro José de Queiroz no Município de Miradouro e 01 “quiosque” no Distrito da Varginha, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

São anexos deste Edital:

ANEXO I – TABELA DOS LOTES
ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO III – TERMO DE ADESÃO
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
ANEXO V – DECLARAÇÃO DE EMPREGA MENOR
ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EPP
ANEXO VII – MINUTA CONTRATUAL

1.1 - O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação, a qual só ocorrerá por meio de contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2 - Todos os credenciados serão contratados, desde que vigente este edital.

1.3 - Conforme os credenciados forem contratados, a Administração Municipal atualizará a lista de prestadores do serviço, a fim de que o beneficiário tenha conhecimento de todos os prestadores e realize a escolha.

1.4 - Sendo escolhido o prestador pelo beneficiário, este comunicará a Administração a fim de que esta autorize formalmente o prestador a executar o serviço.

1.5 - O pagamento da demanda de cada contratado ocorrerá após a execução do serviço, mediante fiscalização e autorização da autoridade competente.

1.6 - Dos valores acima serão descontados IR – Imposto de Renda e ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no que couber.

1.7 – As despesas com alimentação, transporte, remuneração e impostos incidentes sobre os serviços dos profissionais por ela contratados, serão de responsabilidade do CONTRATADO.

2 - DOS CRITÉRIOS DO CREDENCIAMENTO

2.1 - O credenciamento será realizado por ordem cronológica de protocolo da documentação completa, com prioridade para quem apresentar primeiro o pedido completo e válido.

2.2 Apenas três quiosques estão disponíveis (Quiosques 01 e 02 na Zona Urbana e 01 Quiosque na Zona Rural em Varginha). Assim, será emitida autorização de uso para até três partes específicas simultaneamente, conforme a ordem de protocolo.

2.3 Os demais credenciados formarão um cadastro de reserva e serão convocados para ocupação no caso de desistência, término ou cancelamento de permissão de uso por parte dos titulares.

2.4 A concessão terá duração de 12 (doze) meses, prorrogáveis a categorias da Administração, desde que atendidas as condições do edital e as normas municipais.

2.5 Para garantir uma ampla oportunidade de exploração comercial, será permitido que cada interessado ocupe um quiosque por um período inicial de 12 meses, prorrogável conforme avaliação da Administração e interesse público.

2.6 Todos os credenciados deverão ser aptos a ocupar os quiosques, desde que haja disponibilidade e respeitados os requisitos estabelecidos neste edital.

2.7 Os quiosques deverão ser utilizados exclusivamente para as atividades de fornecimento alimentos e bebidas, sendo vedada a comercialização de bebidas alcóolicas.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

2.8 A Administração poderá revogar ou anular a permissão de uso caso o permissionário descumpra qualquer cláusula do edital ou legislação municipal aplicável.

3- DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO

3.1- Poderão participar do presente credenciamento, pessoas jurídicas, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste edital e seus anexos, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município.

3.2- Os participantes deverão apresentar a seguinte documentação:

- Contrato Social em vigor, bem como sua última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.
- Estatuto Social, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos administradores.
- Cartão Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal;
- Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual;
- Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal.
- Prova de Regularidade com o FGTS;
- Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva com efeitos de Negativa;
- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002 (Anexo VI);
- Declaração idoneidade (Anexo V).
- Preenchimento de Ficha Cadastral, conforme modelo constante do (Anexo IV);

3.3- Os documentos exigidos neste Credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou pela Comissão Permanente de Licitação, mediante apresentação do original, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

3.4- Não será credenciado o prestador de serviços que deixar de apresentar os documentos acima, ou apresentá-los em desacordo com o Presente Edital.

OBSERVAÇÕES:

A apresentação de documentos exigidos neste Edital com prazo de validade vencido à data de abertura do envelope “HABILITAÇÃO” importarão na inabilitação do licitante, não sendo tal falta suprimível por protocolo de solicitação dos mesmos.

Não serão aceitos certificados, certidões, ou qualquer outro documento com prazo de validade vencido; A incompleta, errônea ou fraudulenta apresentação dos documentos especificados no item 4.2 deste Edital desqualifica o interessado que não participará das fases subsequentes desta licitação.

4- DA ADESÃO DO CREDENCIAMENTO

4.1- Torna-se implícito que os proponentes ao responderem ao CREDENCIAMENTO, concordam integralmente com os termos deste Edital e todos os seus Anexos.

5- DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais
TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

5.1– Toda documentação mencionada no presente Edital deverá ser entregue dentro de um envelope lacrado, devidamente identificado externamente, na sede da Administração, com os seguintes dizeres:

“DOCUMENTAÇÃO”
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2025 - CREDENCIAMENTO COMISSÃO
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE MIRADOURO/MG
NOME:
CNPJ:

6- CREDENCIAMENTO:

6.1- O Credenciamento se fará mediante o preenchimento pela interessada de todos os requisitos traçados no presente e seus anexos.

6.2- Se algum interessado se recusar a assinar o termo de contrato faculta-se a o Agente de Contratação cancelar sua participação sem prejuízo de eventuais sanções.

6.3- As empresas aptas ao credenciamento serão notificadas através de ofício.

6.4- O resultado do presente credenciamento será afixado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Miradouro.

7- RECURSOS

7.1- Os atos praticados pela comissão de Licitação são susceptíveis de recursos pelos licitantes no prazo máximo de 03 dias úteis a contar da data de divulgação do credenciamento, na forma do art. 165 da Lei nº 14.133/21.

7.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente fundamentada e subscrita pelo representante legal da concorrente.

8- DO CONTRATO

8.1- Os licitantes classificados serão convocados conforme a necessidade e a conveniência da Administração para assinar o contrato de prestação de serviços no prazo de 05(cinco) dias a contar da convocação, conforme minuta constante do Anexo V, que integra o Edital.

8.2- O credenciamento se efetivará após a assinatura do termo contratual.

9- DO PRAZO DO CREDENCIAMENTO

9.1- O prazo para início da permissão será imediatamente, após a assinatura do contrato;

9.2- O contrato terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por iguais períodos de conformidade com o Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, via termo aditivo.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

10- DO PAGAMENTO:

10.1- O pagamento da outorga será realizado mensalmente, em parcelas iguais, durante o período de vigência da permissão de uso.

10.2- O pagamento deverá ser efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês, por meio do guia de recolhimento emitido pela Administração.

10.3 - O valor deverá ser pago diretamente à conta bancária do Município de Miradouro, indicada no termo de permissão de uso, ou por meio de emissão de guia de recolhimento Municipal.

10.4 - Os valores da outorga serão reajustados anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, para preservar o equilíbrio financeiro da contraprestação.

11- DA FISCALIZAÇÃO:

11.1- A fiscalização da permissão será da Secretaria Municipal de Administração, ou de quem esta determinar.

11.2- A existência da fiscalização não eximirá o credenciado de nenhuma responsabilidade civil ou penal quanto aos seus atos para a prestação de serviços.

12- DO CANCELAMENTO:

12.1- O cancelamento da permissão terá lugar de pleno direito, independente de interposição judicial ou extrajudicial, quando a empresa credenciada:

-Falir ou dissolver-se;

-Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia e expressa anuência da Prefeitura Municipal de Miradouro.

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1- Pela inexecução das condições estipuladas, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

14- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1- O Município de Miradouro, na defesa do interesse do serviço público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se o direito de prorrogar, anular ou revogar, no todo, ou em parte, o presente credenciamento, de ofício ou por provocação, ou conveniência pública, sempre que ocorrer ilegalidade ou irregularidade.

14.2- A anulação ou revogação do procedimento licitatório não gera direito de indenização, salvo casos previstos em lei.

14.3- Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o licitante que, tendo-o aceito sem objeção, venha apontar, depois da abertura dos envelopes de "HABILITAÇÃO", falhas ou irregularidades que o viciaram,



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14.4- De acordo com conveniência do Município e para atender aos seus interesses, Município de Miradouro/MG reserva-se o direito de alterar quantitativos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 125, da Lei Federal Nº 14.133/21.

14.5- Ao inscrever-se no presente Credenciamento o interessado declara conhecer, aceitar e obedecer plenamente os termos do presente Edital e de possuir os documentos comprobatórios das condições nele exigidas.

14.6- É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente Edital.

14.7- A empresa licitante, por seus responsáveis e prepostos, responderá pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase destalicitação.

14.8- O resultado do julgamento de cada fase da licitação será oficialmente comunicado a cada licitante, abrindo-se o prazo legal para recurso administrativo.

14.9- Fica reservado ao Município de Miradouro/MG o direito de promover diligências em qualquer fase da licitação, conforme disposto no § 2º, do art. 59, da Lei nº 14.133/21, devendo os documentos solicitados serem apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório.

14.10- Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (032) 3753-1160, ou à Praça Santa Rita, 192 - Centro, na cidade de Miradouro/MG, no horário de 08:00h às 11:00h e de 12:30h às 15:30 h.

14.11- Fica eleito o foro da Comarca de Miradouro, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Miradouro, 21 de março de 2025.

Agente de Contratação



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

Praça Santa Rita nº 288 – Centro – Miradouro – Minas Gerais
TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000

ANEXO I

TABELA DOS LOTES

Nº Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtd.
0001	1751	Concessão de Uso - Concessão de Uso - Quiosque 01 - Praça Pedro José de Queiroz – Em frente ao Bazar Polmel	MÊS	12
0002	1752	Concessão de Uso - Concessão de Uso - Quiosque 02 - Praça Pedro José de Queiroz – Em frente ao Hotel Miragem	MÊS	12
0003	1775	Concessão de Uso - Concessão de Uso - Quiosque 03 - Distrito da Varginha – Praça da Varginha	MÊS	12

Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais
TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

Praça Santa Rita nº 288 – Centro – Miradouro – Minas Gerais
TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria demandante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos efetivados nos estudos técnicos preliminares, utilizando como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento, encontrando-se este, em anexo.

Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas, todas as exigências que estarão contidas no Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento para permissão de uso de espaço público no Município de Miradouro/MG, conforme condições e exigências estabelecidas no item 1.2.

1.2. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

Termo de Referência

Nº Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	1751	Concessão de Uso - Concessão de Uso - Quiosque 01 - Praça Pedro José de Queiroz – Em frente ao Bazar Polmel	MÊS	12	200,00	2.400,00
0002	1752	Concessão de Uso - Concessão de Uso - Quiosque 02 - Praça Pedro José de Queiroz – Em frente ao Hotel Miragem	MÊS	12	200,00	2.400,00
0003	1775	Concessão de Uso - Concessão de Uso - Quiosque 03 - Distrito da Varginha – Praça da Varginha	MÊS	12	200,00	2.400,00

Total Geral ==> 7.200,00

1.3 A contratação será processada por Credenciamento, conforme autoriza o Art. 79, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e objetiva atender as demandas da Prefeitura Municipal de Miradouro.

1.4. As quantidades indicadas no subitem 1.2 são estimativas de consumo anual.

1.5. Não será permitido ao licitante:

- Oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto no subitem 1.2 deste Termo de Referência (proposta parcial);
- Preços diferentes para o mesmo item a ser licitado.

1.6. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum nos termos do inciso



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

Praça Santa Rita nº 288 – Centro – Miradouro – Minas Gerais

TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000

II do art.6º da Lei 14.133, de 2021, conforme informado na SD originária, e atende as disposições do Decreto 968/2023, não se caracterizando como bem de luxo.

Do Prazo de Vigência dos Contratos:

1.7. O prazo de vigência do contrato a ser formalizado será de 12 (doze) meses, contados da data da publicação de seu extrato no sítio eletrônico oficial do Município, e poderá ser prorrogado, por igual período, observado as regras previstas no edital.

1.8. O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A concessão de uso de espaço público no Município de Miradouro/MG é necessária para permitir a exploração adequada de áreas municipais, fomentando o desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade. A medida visa possibilitar o aproveitamento de espaços públicos para atividades que atendam ao interesse coletivo, como eventos, comércio e serviços, promovendo a ocupação ordenada e o uso eficiente desses locais. Além disso, a concessão contribui para a geração de receita e a melhoria da infraestrutura local, sem onerar os cofres públicos, garantindo benefícios à população e ao município.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A concessão de uso de espaço público no Município de Miradouro/MG visa transferir, por meio de contrato administrativo, a gestão e exploração de áreas públicas para empresas ou entidades privadas. O objetivo é promover o uso ordenado e eficiente desses espaços, garantindo que sejam ocupados de maneira adequada, atendendo às necessidades da população e respeitando as normas municipais. A solução se baseia na identificação de locais estratégicos e adequados para concessão, como praças, terrenos baldios e áreas com potencial de uso para fins comerciais, culturais ou de lazer.

3.2 A análise preliminar incluirá a avaliação das condições físicas, estruturais e de acessibilidade dos espaços públicos a serem concedidos, além da identificação da demanda local para determinados serviços ou atividades. Será necessário considerar aspectos como a infraestrutura disponível (como energia elétrica, água e esgoto), o impacto ambiental, a segurança e a adequação dos locais para as atividades propostas, de forma a garantir que o uso dos espaços seja compatível com os interesses da comunidade e da administração pública.

3.3 O processo de concessão estabelecerá as condições e obrigações para as partes envolvidas, incluindo a manutenção do espaço, o cumprimento das normas ambientais e urbanísticas, e a promoção de serviços e atividades que beneficiem a população local. Também serão definidos critérios para a fiscalização e acompanhamento do uso do espaço, visando garantir que a exploração atenda aos padrões exigidos e que o município receba a contraprestação financeira adequada, conforme o valor de mercado e as especificidades do contrato.

3.4 Por fim, o estudo técnico preliminar avaliará a viabilidade legal, financeira e operacional da concessão, considerando os impactos positivos para o município, como a



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

Praça Santa Rita nº 288 – Centro – Miradouro – Minas Gerais

TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000

ção de receitas e a melhoria da infraestrutura urbana. A concessão de uso de espaço público representa uma estratégia para fomentar o desenvolvimento econômico e social,

sem onerar os cofres municipais, ao mesmo tempo que garante o aproveitamento adequado do patrimônio público para a comunidade.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Prazo de início: 07 (sete) dias após a assinatura do contrato.

4.1.1. Condições do recebimento:

4.1.2. Prazo de vigência da contratação: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, dentro dos limites da Lei Federal 14.133/2021.

4.2. Do local e horário de entrega/execução:

4.2.1. O local e hora da entrega serão definidos no instrumento de permissão, descrito no item 4.1.

4.2.2. Caso não seja possível o início na data assinalada, a contratada deverá comunicar as suas razões, com a devida comprovação, com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

5. DOS CRITÉRIOS DO CREDENCIAMENTO E PAGAMENTO

5.1. O credenciamento será realizado por ordem cronológica de protocolo da documentação completa, com prioridade para quem apresentar primeiro o pedido completo e válido.

5.2. Apenas três quiosques estão disponíveis (Quiosques 01 e 02 na Zona Urbana e 01 Quiosque na Zona Rural em Varginha). Assim, será emitida autorização de uso para até três partes específicas simultaneamente, conforme a ordem de protocolo.

5.3. Os demais credenciados formarão um cadastro de reserva e serão convocados para ocupação no caso de desistência, término ou cancelamento de permissão de uso por parte dos titulares.

5.4. A concessão terá duração de 12 (doze) meses, prorrogáveis a categorias da Administração, desde que atendidas as condições do edital e as normas municipais.

5.5. Para garantir uma ampla oportunidade de exploração comercial, será permitido que cada interessado ocupe um quiosque por um período inicial de 12 meses, prorrogável conforme avaliação da Administração e interesse público.

5.6. Todos os credenciados deverão ser aptos a ocupar os quiosques, desde que haja disponibilidade e respeitados os requisitos estabelecidos neste edital.

5.7. Os quiosques deverão ser utilizados exclusivamente para as atividades de

Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais

TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

Praça Santa Rita nº 288 – Centro – Miradouro – Minas Gerais

TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000

fornecimento alimentos e bebidas, sendo vedada a comercialização de bebidas alcóolicas.

5.8. A Administração poderá revogar ou anular a permissão de uso caso o permissionário descumpra qualquer cláusula do edital ou legislação municipal aplicável.

5.7. DO PAGAMENTO:

5.7.1. O pagamento da outorga será realizado mensalmente, em parcelas iguais, durante o período de vigência da permissão de uso.

5.7.2. O pagamento deverá ser efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês, por meio do guia de recolhimento emitido pela Administração.

5.7.3. O valor deverá ser pago diretamente à conta bancária do Município de Miradouro, indicada no termo de permissão de uso, ou por meio de emissão de guia de recolhimento Municipal.

5.7.4. Os valores da outorga serão reajustados anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, para preservar o equilíbrio financeiro da contraprestação.

6. DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Nos termos do art. 117 da Lei 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2. O plano básico de fiscalização como forma de implementação do gerenciamento de riscos encontra-se em desenvolvimento no município, no processo de transição de regimes. Até a publicação do normativo respectivo, os fiscais de contratos devem observar as regras atuais de fiscalização, como forma de inibir os principais riscos comuns a toda contratação.

6.3. Para a efetividade e eficiência da execução contratual, o contratado deverá apresentar preposto devidamente qualificado e manter atualizado o seu contato eletrônico, sendo que a comunicação entre a equipe de fiscalização e o preposto se dará principalmente por via de e-mail informados no contrato, sendo de responsabilidade da contratada manter o endereço eletrônico atualizado.

6.4. Havendo ações específicas ao objeto necessárias à fiscalização do contrato, estas constarão do item “Do Gerenciamento de Riscos” no relatório do ETP, se for o caso, e na Ata de RP.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. A licitação será dividida em itens, facultando-se ao licitante a participação em



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

Praça Santa Rita nº 288 – Centro – Miradouro – Minas Gerais

TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000

casos em que os itens forem de seu interesse, no entanto, o licitante só terá direito a somente um lance.

7.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Credenciamento, com base na tabela do Município de Miradouro.

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)** conforme valores unitários referenciais discriminados no item 1.2 deste instrumento, que foi apurado em pesquisa de mercado.

9. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1 Os preços poderão ser revistos a qualquer tempo, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

9.2. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração reestabelecerá o equilíbrio econômico-financeiro inicial concomitantemente à alteração.

9.3. A Administração analisará o pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, acompanhado dos devidos cálculos, notas fiscais anteriores, tabelas de preços oficiais e demais documentos comprobatórios pertinentes.

9.4. Após a análise do pedido, e desde que, a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos, a Administração reestabelecerá, mediante termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

9.5. Será permitida à Administração a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

9.6. A formalização do termo aditivo é condição para a execução pelo contratado das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

9.7. No caso do disposto do subitem 9.1., a alteração unilateral e o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão formalizados no mesmo termo aditivo.

9.8. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

Praça Santa Rita nº 288 – Centro – Miradouro – Minas Gerais
TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000

no art. 155 da Lei 14.133, de 2021, conforme estabelecido no Edital e Instrumento Contratual.

Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais
TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000



MUNICÍPIO DE MIRADOURO
CNPJ 17.947.623/0001-79

ANEXO III

TERMO DE ADESÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO – MG PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 004/2025			
FORNECEDOR:			
INSCRIÇÃO ESTADUAL:	CNPJ:	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	CIDADE:	CEP:	UF:
TELEFONE:	E-MAIL:		

Requeremos nos termos do Edital de Credenciamento nº 004/2025, que tem por objetivo é o CREDENCIAMENTO de empresas para e tenham interesse em obter permissão de uso dos espaços públicos denominados “quiosques” 01 e 02 na Praça Pedro José de Queiroz no Município de Miradouro e 01 “quiosque” no Distrito da Varginha, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência. Para tanto, manifesta a sua concordância com os termos do edital e da minuta do contrato-padrão adotado pela PREFEITURA MUNICIPAL MIRADOURO, do qual tem plena ciência, inclusive quanto aos preços oferecidos.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(carimbo de CNPJ)

Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais
TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000



MUNICÍPIO DE MIRADOURO
CNPJ 17.947.623/0001-79

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro, sob as penas da Lei, para fins do credenciamento nº 004/2025 que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço à _____, na cidade de _____, Estado de _____, não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos dos incs. VIII a XII do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

_____, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(carimbo de CNPJ)



MUNICÍPIO DE MIRADOURO
CNPJ 17.947.623/0001-79

ANEXO V

D E C L A R A Ç Ã O

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no Inciso VI do Artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(carimbo de CNPJ)

Obs: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO
CNPJ 17.947.623/0001-79

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Micro empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do Parágrafo 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada Lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no (s) documento (s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, Parágrafo 1º da lei Complementar nº 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no artigo 81 da lei Federal nº 8.666/93.

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, _____ de _____ de 2025.

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa)

Observação: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado, de forma que identifique a proponente.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

ANEXO VII

MINUTA CONTRATUAL.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO, com sua sede administrativa, situada à Praça Santa Rita, 192 – Centro – Miradouro/MG, fone (032) 3753-1160, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **CLOVES DA SILVA BOTELHO**, brasileiro, casado, CPF sob nº 291.348.036-53, identidade 048128714 IFP RJ residente e domiciliado nessa cidade e empresa..., C.N.P.J.N.º....., sediada na Rua....., na cidade de....., a seguir denominada CONTRATADA, a empresa..... representada neste ato pelo Sr....., CPF N.º., Residente na Rua....., resolvem firmar o presente contrato para prestação de serviços de exames por imagem, em conformidade com o Processo Licitatório Nº -----, na modalidade Inexigibilidade nº ----- - Credenciamento, sob a regência da Lei Federal Nº 14.133/2021, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - Constitui objeto o Credenciamento de pessoa jurídica para _____, conforme especificações contidas em seu Anexo I, no município de Miradouro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

São condições de execução do presente contrato:

I – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência pela CONTRATADA, sem autorização por escrito da CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

II – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – DO CONTRATANTE:

a) A Administração Pública, representada pelo Município de Miradouro, obriga-se a:

Disponibilizar o Espaço Público:

Entregar os quiosques (01 e 02) em condições adequadas de uso para a exploração comercial, conforme disposições do edital e do termo de permissão de uso.

Garantir a Regularidade da Permissão:

Adotar as medidas administrativas permitidas para garantir a regularidade da permissão, incluindo a emissão de termos e autorizações específicas, quando aplicável.

Fiscalização:

Realizar a fiscalização do uso dos quiosques para garantir o cumprimento das normas e condições previstas no edital e no termo de permissão.

Fornecer Apoio Administrativo:

Disponibilizar esclarecimentos e orientações aos permissionários sobre o uso de quiosques e o



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

cumprimento das obrigações legais e contratuais.

Garantir a Publicidade e Transparência:

Informar aos credenciados sobre as normas e eventuais alterações referentes ao uso dos quiosques, garantindo tratamento igualitário entre os permissionários.

II – DO CONTRATADO:

a) A permissionária, ao assumir o uso dos quiosques, obriga-se a:

Respeite a Finalidade do Espaço:

Utilização do quiosque exclusivamente para a atividade comercial descrita na proposta submetida e aprovada pela Administração.

Não altere a restrição ou a estrutura do quiosque sem autorização prévia.

Manutenção e Conservação:

Zelar pela manutenção, limpeza e conservação do quiosque, bem como de suas instalações, equipamentos e entorno imediato.

Comunicar imediatamente à Administração quaisquer danos ou problemas estruturais identificados no quiosque.

Cumprir Normas Sanitárias e Legais:

Obedecer às normas de vigilância sanitária, segurança, meio ambiente e posturas provisórias aplicáveis à atividade comercial desenvolvida.

Pagamento da Outorga:

Efetuar o pagamento da outorga mensal no prazo estipulado e nas condições previstas no edital e no termo de permissão.

Não Transferir a Permissão:

Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, a permissão de uso a terceiros, salvo mediante autorização formal da Administração.

Responsabilidade Civil e Trabalhista:

Assumir integralmente as responsabilidades civis, trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração comercial do quiosque.

Respeitar a Legislação Municipal:

Atender às determinações do poder público local e às cláusulas previstas no termo de permissão e no edital.

Atender à Fiscalização:

Permitir o acesso de fiscais da Administração ao quiosque e fornecer as informações necessárias ao desempenho de suas funções de controle e acompanhamento.

Devolução do Espaço:

Restituir o quiosque ao Município ao abrigo da permissão ou em caso de revogação, em condições iguais ou melhores do que as encontradas no início da permissão.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da outorga será realizado mensalmente, em parcelas iguais, durante o período de vigência da permissão de uso.

O pagamento deverá ser efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês, por meio do guia de recolhimento emitido pela Administração.

O valor deverá ser pago diretamente à conta bancária do Município de Miradouro, indicada no termo de permissão de uso, ou por meio de emissão de guia de recolhimento Municipal.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

Os valores da outorga serão reajustados anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, para preservar o equilíbrio financeiro da contraprestação.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO

A área competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o objeto deste instrumento será a Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

a - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Miradouro, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

b - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades, a Prefeitura Municipal de Miradouro poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:

c - Advertência.

d - Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias, o que ensejará cancelamento da autorização.

e - Multa de 10% (dez por cento) caso a adjudicatária não cumpra com as obrigações assumidas, incluindo-se os prazos estabelecidos no item 12, salvo por motivo de força maior reconhecido pela Prefeitura Municipal de Miradouro.

f - As multas referidas neste item poderão ser descontadas no pagamento, ou cobradas judicialmente.

g - As aplicação de qualquer das penalidades previstas acima não isenta o licitante das demais penalidades

legais previstas em lei, bem como, do amplo direito de devolução dos bens pela Prefeitura Municipal de Miradouro.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, de acordo com o artigo 137 da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório N° ____/2025, modalidade INEXIGIBILIDADE N° 003/2022 - CREDENCIAMENTO; homologada em.../.../2025, que lhe deu causa, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência ao instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA



MUNICÍPIO DE MIRADOURO
CNPJ 17.947.623/0001-79

A vigência deste contrato será de 12 (dez) meses, tendo início em ____/____/2025 e término em ____/____/202__, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que haja interesse da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Miradouro/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firma o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Miradouro/MG, _____ de _____ de 2025.

Prefeitura Municipal de Miradouro
CONTRATANTE

CONTRATADA

1ª Testemunha

Nome:

CPF:

2ª Testemunha

Nome:

CPF

